

Aquilo que muda e aquilo que "são sempre os mesmos"

Em entrevista que concedeu no final da semana passada para anunciar que o presidente José Sarney já havia aprovado a proposta do Orçamento Geral da União para 1989, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, anunciou que este ano a exposição de motivos que encaminha o documento ao Congresso Nacional, ao contrário de outras ocasiões, será longa, "exaustiva, e tem que explicar o quadro geral da política fiscal". Abreu explicou também que o Orçamento da União não será o único responsável pela redução do déficit público, poderá até apresentar um pequeno buraco: "O importante é a soma dos orçamentos (além do OGU, há ainda os orçamentos dos Estados e municípios, o das empresas estatais e o da Previdência Social) alcançar a meta de 2% por meio da conjugação de cortes e aumento de receitas".

O ministro do Planejamento não poderia ter sido mais claro, confirmando, inclusive, tudo o que temos escrito em nossos editoriais nos últimos dias quando tratamos desse assunto: a **Operação Desmonte**, com a qual ele e seu colega Maílson da Nóbrega pretendiam zerar o déficit da União, foi amplamente minuada. O projeto inicial dos dois ministros previa a União sem nenhum déficit e um déficit global de 2%, para toda a área estatal, de responsabilidade da Previdência, das Estatais e dos estados e municípios. Uma reportagem publicada por um jornal carioca na sexta-feira, com a discriminação das contas do novo OGU, mostra que esse objetivo não só não foi alcançado como a situação ainda ficou muito pior do que a prevista para este ano: depois de tudo que restou das discussões em torno do Orçamento, a estimativa do déficit para 1989 ficou em torno de 4,3% do PIB enquanto para este ano o governo trabalha com a previsão de um rombo de exatos 4%.

Segundo a reportagem, baseada em um documento da Seplan e do Ministério da Fazenda, os ministros econômicos ainda conseguiram comprimir algumas despesas com as transferências de obrigações para os estados e municípios, com cortes nas despesas correntes da administração direta e com a redução das transferências do Tesouro para as empresas estatais. Não fosse isso, o déficit público chegaria de 5,17% do PIB. Todo esse esforço, contudo, foi anulado pelo fantástico crescimento previsto nos gastos com pessoal e encargos sociais, que deverão passar dos 2,81% estimados para este ano para 4,23% do PIB para 1989. Lembramos que no início da **Operação Desmonte**, quando João Batista de Abreu ainda falava em déficit zero no Orçamento da União, previa-se o fechamento de pelo menos três ministérios e de dezenas de órgãos, com a demissão de cerca de cem mil funcionários; exatamente para reduzir os gastos do governo com a folha de pagamentos. E esta era uma meta pouco ambiciosa: mesmo sem o fechamento de qualquer ministério ou órgão, o setor público, conforme contas oficiais do Ministério da Administração, emprega 300 mil pessoas que nada têm o que fazer. E esses números podem estar defasados: eles são do início da "Nova" República e de lá para cá, segundo o Tribunal de Contas da União, o governo federal contratou mais 140 mil empregados. Ainda assim, a primeira restrição à **Operação Desmonte** foi a de que não poderia haver demissão de servidores.

Mais uma vez, a poderosa burocracia estatal, acumpliciada com a classe política (ministérios e órgãos deixaram de ser fechados para não contrariar interesses políticos e regionais) conseguiu frustrar uma experiência séria — ainda que tímida, como já comentamos em outros editoriais — de se reduzir o tamanho obscuro do Estado brasileiro e adaptá-lo ao tamanho de nossa economia e às possibilidades que ela tem de pagar as contas desse monstro. A **Operação Desmonte** foi vítima dessa espécie de Aids política e burocrática que assola os países subdesenvolvidos e as Nações do Leste Europeu; e é a única responsável pela péssima situação econômica desses países. Não há como fugir dessa verdade: sem reduzir o déficit público, não é possível abaixar a inflação; e com inflação alta, não há investimentos no setor privado e não há como melhorar o nível de vida da população. O Estado não produz, só consome!

Sem condições de cortar fundo no aparelho estatal, os ministros da Fazenda e do Planejamento, para tentar equilibrar as contas oficiais no próximo ano e evitar de vez que o processo hiperinflacionário se instale no organismo econômico nacional, vão ser obrigados a apelar para o aumento da receita, como já confessaram mais de uma vez e João Batista de Abreu confirmou na declaração que reproduzimos acima. Uma saída seria uma redução drástica na massa de incentivos fiscais e subsídios que são distribuídos pelo governo federal. Uma análise do Orçamento da União de 1986 mostra que o Tesouro deixou de arrecadar cerca de 5,1% do PIB na concessão de benefícios para investimentos no Nordeste e na Amazônia, para incentivar as exportações, para a Embraer, para as empresas de informática, para a siderurgia, ao crédito agrícola e, na época, ao consumo de trigo. De lá para cá, muito pouca coisa mudou — praticamente só no subsídio agrícola e do trigo. Portanto, se todas as concessões fossem suspensas de uma só vez, o governo passaria a trabalhar até com superávit.

É evidente que alguns desses incentivos ainda são necessários, como no caso das exportações. Mas outros não têm a menor razão de ser ou estão sendo muito mal aplicados e precisam ser revistos. Podemos lembrar os que atendem a projetos nas áreas da Sudam e da Sudene. A péssima situação em que vivem as populações das duas regiões, a constante migração de nordestinos para o Sul do País, são uma prova de que o dinheiro despejado lá por meio dos incentivos fiscais não cumpriu sua finalidade. E não cumpriu porque os desperdícios e os desvios desse dinheiro dado quase de graça, administrado por um Estado corrupto, são uma norma nesses casos. Vamos pegar só um exemplo desse desperdício: segundo um estudo do Banco Mundial, de cada cem cruzados que o Ministério da Educação recebe e destina ao Nordeste somente 42 cruzados chegam às salas de aula. Mas as portas de uma revisão dessa política foram fechadas pelo presidente Sarney no momento mesmo em que se discutia o Orçamento de 1989, ao prorrogar, antecipadamente, os incentivos fiscais para a Sudam e a Sudene. Tanto que a proposta de cortes nos incentivos fiscais elaborada pelo ministro do Planejamento e divulgada na sexta-feira pelo **Jornal da Tarde** contém o mesmo pecado da **Operação Desmonte**: é muito tímida.

Diante disso, não é preciso ser pitonisa para prever o que realmente vai ser feito para tapar o rombo nas contas públicas.

O ministro Batista de Abreu, mestre na arte da "eufemística", já prometeu outro dia "tomar medidas de mais amplo espectro como o aumento da receita tributária".

Os italianos têm um ditado popular que, por ser muito chulo, nos eximimos de citar. É uma paródia "anatômica" das relações entre o povo e o poder que fala daquilo que muda e daquilo que "são sempre os mesmos"... Os nossos...